O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO E AS SUAS IMPLICAÇÕES ÉTICAS[1]

Gabriela Borges Pacheco[2], Mauricio Custodio Serafim[3], Ana Luize Correa Bertoncini[4]

[1] Vinculado ao projeto "A Ética da vida humana associada: Compreendendo os atos morais voltados para o bem comum no contexto brasileiro"
[2]Acadêmica do Curso de Administração Pública – ESAG – Bolsista PIVIC/UDESC
[3]Orientador, Departamento de Administração – ESAG – mauricio.serafim@udesc.br
[4]Doutoranda em Administração – PPGA/ESAG

O tema de pesquisa, que está em andamento, visa compreender os aspectos éticos e morais da implementação da inteligência artificial (IA) na tomada de decisões do Poder Judiciário Brasileiro. Neste contexto, analisa-se as argumentações propostas a respeito da viabilidade da aplicação desses mecanismos de IA, que vão muito além de exclusivamente motivos econômicos ou organizacionais. É atribuído ao uso da IA no Judiciário a otimização de resultados e a possiblidade de diminuir a subjetividade das sentenças judiciais proferidas, premissas utilizados para justificar o seu desenvolvimento e implementação no Brasil. Ressalta-se que os *softwares* e os outros mecanismos que participam e executam decisões judiciais necessitam de determinados níveis de razão que fazem parte de aspectos humanos, como a racionalidade, a subjetividade e as suas dimensões do pensamento crítico, particularidades que são limitadas para a inteligência artificial no geral.

As percepções éticas sobre o mal uso da IA ou o uso em demasia geram inquietações em relação à capacidade da inteligência artificial dentro de temas de alta complexidade que transpassam os algoritmos, como no caso de julgamentos de sentenças, que lidam com dilemas morais. A responsabilização também é um quesito crucial que deveria estar envolvida no processo do *machine learning* (aprendizado de máquina), mas ainda é considerada uma zona cinzenta, já que não há consenso nas definições sobre qual a responsabilidade da IA em influenciar abrangentemente as deliberações e pela inexistência de legislações no âmbito do tema para coibir ou punir alguém ou uma máquina.

Para entender melhor os impactos morais e éticos da utilização da IA no direito, estuda-se o sistema norte-americano do COMPAS *System* (Perfil de Gerenciamento de Infratores Correcional para Sanções Alternativas). Essa ferramenta tem como objetivo ser um suporte à decisão dentro dos tribunais, avaliando o risco e a probabilidade de um réu se tornar reincidente. Analisa-se também o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que possui um papel relevante no aperfeiçoamento do trabalho do sistema judiciário brasileiro, através de inovações e da promoção de transformações digital, com a implementação de IA no Judiciário brasileiro.

Por meio da análise do cenário exterior, vislumbra-se as mudanças realizadas no Judiciário e na vida de magistrados e réus na implementação da IA, além das consequências éticas envolvidas nesse processo. A inteligência artificial é restrita ao uso da racionalidade instrumental, um nível mais operacional e calculista, amparado dentro do *machine learning*, não abrange a subjetividade da interpretação das leis ou de dilemas morais enfrentados pelo juiz. Articula-se também as discussões sobre o *deep learning* (aprendizagem profunda), que se caracteriza pela possibilidade de um avanço na área da IA em que a máquina por si própria seria capaz de produzir conhecimento,

o que ainda não possui materialidade na prática, mas tem relevância para entender o quão desenvolvido estão as pesquisas de IA dentro dos campos de conhecimento e atividades que até dias atuais são executados pelo ser humano.

Mediante a análise teórica de autores como Luciano Floridi, Kirsten Martin e Mark Coeckelbergh, pesquisadores conhecidos da área de Inteligência Artificial e em dilemas morais, obtém-se algumas das conceituações de IA e reflexões trabalhadas na iniciação científica. Além disso, inclui-se também certas bases teóricas e concepções aceitas por universidades bem-conceituadas no mundo, como a Universidade de Navarra – Espanha, que contribui na caracterização de diversos aspectos deste estudo.

Por meio de pesquisas bibliográficas e da análise de casos, esta pesquisa tem o objetivo de promover a reflexão sobre o contexto atual da IA auxiliando na construção de definições e ponderações que irão surgir sobre a possibilidade de implementação dessa tecnologia dentro do poder Judiciário em todo país, melhorando o entendimento dos riscos e das limitações éticas decorrentes do uso da IA nas decisões no direito, por meio da ampliação do debate e do fortalecimento do pensamento crítico.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Direito. Ética.